

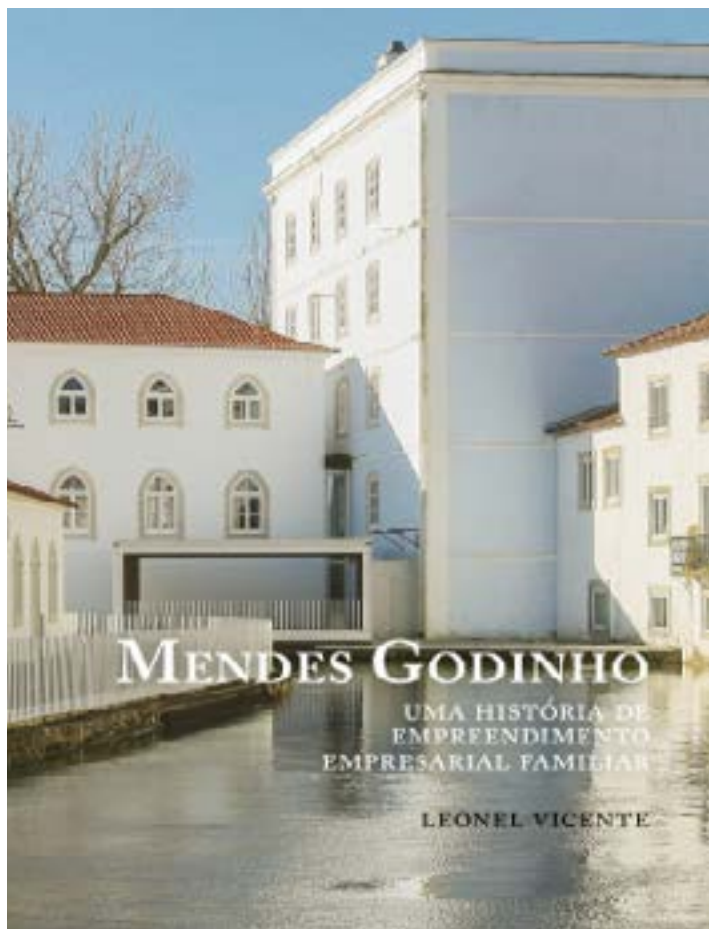
Opinião

# Mendes Godinho, um incontornável património de Tomar (2)



BEJA SANTOS

“Mendes Godinho, Uma história de empreendimento empresarial familiar”, por Leonel Vicente, edição Associação MG – Memorial Mendes Godinho, 2018, é uma investigação muito cuidada e detalhada sobre uma obra que marcou indelévelmente a cidade de Tomar: pela tenacidade e largueza de vistas do fundador de um império agrícola, comercial, industrial e financeiro; pelo património arquitetónico que faz parte, sem discussão, do que o casco histórico tomarense oferece, mostra do seu orgulho cívico e de um passado lustroso que o viajante ou turista contemplarão, impressionados. Sendo um facto que o espírito visionário de Manuel Mendes Godinho marcou um império empresarial envolvendo moagens e a central elétrica, cerâmicas e muito mais, deve-se a Leonel



Vicente também o mérito de chamar a atenção do leitor para a personalidade ímpar de quem pôs esse império a funcionar vigorosa e criativamente, João Mendes Godinho Júnior.

Analisada a sociedade em nome coletivo, passemos para a casa bancária. O autor lembra-nos a legislação que reformou o sistema de crédito e da estrutura bancária, com datas de 1957 e 1959, para o Estado Novo era uma reorganização do sistema bancário que visava reforçar a liquidez e solvabilidade da banca, incentivar o crédito, criar bancos de investimento e autonomizar as funções dos bancos emissores face aos bancos comerciais. É na sequência desse novo quadro legal que a Manuel Mendes Godinho & Filhos viu surgir uma nova sociedade, “Fábrica Mendes Godinho, S.A.R.L.” e a “Casa Bancária Manuel Mendes Godinho & Filhos”, criada por volta de 1920, ficou autonomizada, o seu único objeto era a atividade bancária, não interferia noutros negócios. Interessante o depoimento de Luís Graça nesta obra, o que nos escreve sobre a Casa Bancária:

“Funcionou como uma entidade fundamental na economia tomarense. As pessoas recorriam à casa bancária não só para fazer depósitos mas também para recorrer a empréstimos conjunturais. Muito do dinheiro que aí desaguava, no sentido de

abertura de contas, provinha de uma economia rural que se apoiava fundamentalmente na venda do azeite e dos pinheiros. Geralmente, os empréstimos contraídos junto da Casa Bancária são de pequeno amonte, configurando um socorro perante dificuldades de tesouraria, normalmente de curto-prazo. A cobertura geográfica da atividade da Casa Bancária estendia-se, nomeadamente, até aos concelhos de Ferreira do Zêzere, Cernache de Bonjardim e Sertã. O pedir um empréstimo à Casa Bancária proporcionava quase como uma garantia de atendimento, com procedimentos mais simplificados que os inerentes ao recurso a um banco tradicional. A concessão de crédito baseava-se, sobremaneira, na confiança que advinha do nome da pessoa que solicitava o empréstimo.

A Casa Bancária nunca foi objeto de qualquer desfalque.”

Para confirmar o estado de saúde da Casa Bancária, Leonel Vicente dá-nos um capítulo com o Relatório de Contas e Assembleias Gerais, são documentos que permitem ir apreciando dados importantes como expropriações que tinham a ver com “O Paço dos Cubos”, a saída totalmente imprevisível das funções de gerente da instituição de crédito, João Mendes Godinho Júnior, seguem-se as referências às crises de 1972



Evocação de João Mendes Godinho Júnior na Biblioteca Municipal de Tomar, 2013.

e 1973, as assembleias gerais também espelham vicissitudes que foram determinantes para a vida daquele império fundado em Manuel Mendes Godinho. A saída de João

Mendes Godinho Júnior é enfatizada, refere-se mesmo que o antigo gestor viria a ensaiar a tentativa de instalação de empresa concorrente no setor da indústria das fibras de madeira. E tecem-se considerações que quebram, de algum modo, a discrição do que teria constituído um enfrentamento de posições dentro da família e porventura o desaguado insanável que levou ao afastamento de um gestor que era consensualmente louvado pelo seu humanismo e clareza, ele abandonara as fábricas e a Casa Bancária, e escreve-se:

“Não caberia aqui fazer uma análise extensa do que foi essa administração; diremos que após um longo período inicial de imobilismo se seguiu anexação por dívida à Casa Bancária de duas unidades de cerâmica, a construção de uma fábrica de extração de óleos de bagaço e por fim a construção, em 1961, da primeira fábrica Platex e de uma fábrica de alimentos compostos para animais, com que a empresa conheceu anos de bem-estar e progresso.

Infelizmente a prematura construção da segunda unidade Platex II, em 1966, precipitou a Casa numa crise financeira e fez baixar drasticamente a rentabilidade da empresa e o volume de resultados. Assistiu-se então a uma rápida degenerescência iniciada em 1966 em que a

crise económica e financeira se projetou em todos os setores; as indústrias despojadas sem stocks de sobressalentes possuindo apenas o investimento primário passaram a sofrer paragens anormais e a qualidade deteriorou-se. Por toda a parte surgiram reclamações que em alguns casos se traduziram em pesadas indemnizações, em procedimentos judiciais e na quebra de prestígio comercial”.

João Mendes Godinho Júnior sai de cena, o grupo não voltou a ser o que era. Extinta a Casa Bancária, será fusionada como banco. Ainda se tenta, mediante um projeto de estatutos do “Banco Mendes Godinho”, criar uma sociedade de atividade bancária, as intenções não se concretizarão com a nacionalização da banca.

A segunda parte do trabalho de Leonel Vicente conclui com a expropriação de imóvel, “Os Cubos”. Há quem não se recorde que nos 1960 ali tinham dependências o Movimento Nacional Feminino e até caserna e arquivo do Regimento de Infantaria 15. O Dr. Manuel Guimarães é citado para nos referir a história de um património de referência e igualmente citado será o Major Eugénio Sobreiro de Figueiredo e Silva. As expropriações terminaram nos fins de janeiro de 1966 e na parte restante do edifício funcionaram até finais dos anos 1980, os escritórios da empresa do Grupo Mendes Godinho. Iremos seguidamente apreciar o que foram as Fábricas Mendes Godinho, S.A.R.L., à luz da separação com a atividade bancária, em 1960. **(Continua)**